

COMURG

CEI investiga praças não concluídas



Vereadores veem irregularidades na execução de emendas impositivas ao ouvir ex-diretora. **Página 8**



ANO 34 - Nº 1.745 - R\$ 2 - GOIÂNIA, DE 14 A 20 DE MAIO DE 2023
WWW.TRIBUNADOPLANALTO.COM.BR

VAREJO

Energia renovável



Primeira usina solar de grande porte de Pirenópolis vai produzir energia renovável para abastecer todos hotéis do Grupo Villa Hotel. **Página 12**

ENTREVISTA

RAFAEL MACIEL

“As redes sociais que exercem censura”

Divulgação



Ao determinar previamente o que vai ser exibido ou não na nossa tela e patrocinar os conteúdos que as favorecem, as redes sociais e ferramentas de busca exercem a censura que acusam o PL das Fake News de promover.

Páginas 4 e 5

FAKE NEWS

TSE multa parlamentares

Deputados Eduardo Bolsonaro, Carla Zambelli e Nikolas Ferreira e senador Flávio Bolsonaro divulgaram vídeos contra Lula.

Página 7

101 ANOS

Celebração do crescimento



Aparecida de Goiânia comemora aniversário com saldo de crescimento econômico: em 10 anos, o número de empresas saltou de 6 mil para 54 mil. São 80 mil CNPJs ativos.

Páginas 9



Aparecida criou 6 mil vagas na Educação Infantil

A cidade conta com 33 Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) e mais quatro serão construídos nesta gestão.

Página 11

Alunos podem se vacinar na escola

Em Anápolis, a imunização das crianças contra a Covid e Influenza passa a ser feita nas escolas da rede municipal.

Página 11

GUERREIRA

CLT completa 80 anos

Advogado Murilo Chaves aponta novas mudanças para acompanhar as relações trabalhistas.

Página 3

EDITORIAL

A censura das bigtechs

O PL 2.630, ou das Fake News, trata da responsabilização das redes sociais, ferramentas de busca e mensageria instantânea por postagens de terceiros. O Marco Civil da Internet condiciona essa responsabilização à existência de prévia ordem judicial não atendida. E o que se propõe com a nova legislação é um controle prévio.

Esse debate ocorre hoje em boa parte do mundo em razão de fatos já demonstrados da interferência ou influência das chamadas bigtechs em processos internos do país, como eleições e plebiscitos.

Todavia, essa discussão se dá em um momento em que o mundo se encontra polarizado entre aqueles que defendem a extrema liberdade de expressão, a despeito das leis que regulam esse direito, e aqueles que não aceitam a moderação de empresas que agem em razão de seus modelos de negócio. No Brasil, os polos se denominam direita e esquerda.

Os provedores argumentam que se trata de censura. Todavia, como o advogado Rafael Maciel afirma, quem exerce censura são os provedores, que não apenas fazem a seleção prévia do que vai estar nas telas das redes sociais como também patrocinam os conteúdos que consideram mais vantajosos para os próprios negócios.

Votar o PL em meio a um cenário tão conturbado é um risco, mas não votar e deixar de regular as mídias digitais talvez seja um risco maior.

ARTIGO

Criptomoedas e impostos: os desafios da tributação no Brasil

O mercado de criptomoedas tem crescido exponencialmente nos últimos anos, atraindo a atenção de cada vez mais pessoas interessadas em investir em ativos digitais. No entanto, com o aumento desse mercado, surge uma questão importante: como se dá a tributação de criptomoedas?

A resposta para essa pergunta é complexa e controversa, uma vez que ainda não existe uma regulamentação específica para tratar do tema no Brasil. Essa falta de clareza pode gerar dúvidas e insegurança para os investidores, bem como dificuldades para o Fisco em fiscalizar e arrecadar os impostos devidos.

A Receita Federal do Brasil emitiu a Instrução Normativa RFB nº 1.888/2019 (IN) que estabelece as regras para a declaração de criptomoedas no Imposto de Renda. Segundo a IN,

as criptomoedas devem ser declaradas na ficha de "Bens e Direitos", sob o código "99 - Outros bens e direitos". Além disso, é necessário informar o valor de aquisição, a quantidade de criptomoedas e a data da compra.

No entanto, essa instrução não aborda a tributação das criptomoedas em si. Ainda não existe uma legislação específica que trate da tributação de criptomoedas, o que gera incertezas e dúvidas para os investidores desse mercado.

Um dos principais questionamentos é se as criptomoedas devem ser consideradas como moedas virtuais ou como ativos financeiros. Se forem consideradas moedas virtuais, não haveria incidência de imposto de renda sobre a valorização do ativo. Porém, se forem consideradas ativos financeiros, haveria

ARTIGO

Escritório de Experiência do Paciente

Diante do novo perfil de pacientes, como consumidores informados, engajados e influenciadores, é importante que os profissionais e instituições de saúde adaptem-se e entendam que as necessidades de seus pacientes passam por um novo viés, o da experiência e não apenas o da satisfação.

A experiência abrange a gama de interações que os pacientes têm com o sistema de saúde, incluindo operadoras, médicos, demais profissionais de saúde, consultórios e outras instalações de cuidados de saúde. Como um componente integral da qualidade, a experiência do paciente inclui vários aspectos da prestação de cuidados de saúde que os pacientes valorizam muito quando procuram e recebem cuidados.

Entender a experiência do paciente é um passo fundamental para avançar no cuidado centrado no enfermo. Ao olhar para vários aspectos da experiência do paciente, pode-se avaliar até que ponto os pacientes e familiares estão recebendo cuidados respeitosos e que respondem às preferências, necessidades e

valores individuais de cada pessoa. Avaliar a experiência do paciente, juntamente com outros componentes, como a eficácia e a segurança dos cuidados, é essencial para fornecer um quadro completo da qualidade do atendimento de saúde.

Um escritório de experiência do paciente pode ajudar a desenvolver estratégias e programas que impulsionam a excelência na experiência do paciente. E para isso, é necessária uma estrutura que possua métodos e ferramentas para envolver os enfermos, familiares e profissionais no processo de construção da jornada e facilite a comunicação e criação de ambiente seguro onde os pacientes se sintam à vontade para compartilhar seus pensamentos e sentimentos sobre sua experiência com as diversas equipes.

Além disso, o escritório de experiência do paciente é um local onde os profissionais podem refletir sobre o crescimento da instituição de saúde, analisar as mudanças que acontecem no mercado e definir ações para manter o foco em seus clientes e obter resultados

positivos em suas estratégias corporativas. Esse assunto foi discutido no 4º Simpósio Nacional de Gestão Pública e Privada, em Goiânia, durante o minicurso "Gestão da Qualidade e Segurança do Paciente como Fator de Diferenciação no Mercado da Saúde".



Gisele Alves R. Faria é líder de Experiência do Paciente pelo Instituto de Ensino Sírío Libanês, atua há 18 anos na área de gestão administrativa e relacionamento comercial. Experiência em implementação e desenvolvimento de rotinas para acreditação e certificação de qualidade ONA e PADI; expertise em implantação de escritório de Experiência do Paciente; Professora titular do curso Master Business Health do Instituto da Agir Saúde

ARTIGO

Criptomoedas e impostos: os desafios da tributação no Brasil

a incidência de imposto sobre o ganho de capital.

Além disso, também há dúvidas sobre como declarar a compra e venda de criptomoedas em exchanges (plataformas de negociação de criptomoedas). Como essas exchanges geralmente operam em outros países, é necessário considerar as regras tributárias desses países e como elas se relacionam com a legislação brasileira.

Outro ponto importante é a questão da bitributação. Como as criptomoedas ainda não têm uma legislação tributária específica, é possível que haja a cobrança de impostos tanto no Brasil quanto em outros países, o que pode gerar uma carga tributária excessiva para os investidores.

Para solucionar essas questões, é necessário que haja uma regulamentação específica para

a tributação de criptomoedas. Essa regulamentação deve levar em consideração as particularidades desse mercado e as suas relações com o mercado financeiro tradicional.

Em países como Estados Unidos e Japão, já existe uma legislação específica para a tributação de criptomoedas. No Brasil, ainda é preciso avançar nesse sentido para garantir a segurança jurídica e a justiça fiscal para os investidores desse mercado.

A tributação de criptomoedas é um tema relevante e atual no direito tributário. É fundamental que o Estado brasileiro, por meio do poder legislativo, regulamente de forma clara e precisa a tributação de criptomoedas. Essa regulamentação deve contemplar aspectos como a base de cálculo dos impostos, a forma de apuração do ganho de

capital, as alíquotas aplicáveis e as hipóteses de isenção.

Somente dessa forma será possível garantir a segurança jurídica dos investidores e a arrecadação dos impostos devidos, sem deixar espaço para ações arbitrárias por parte do Fisco. É urgente que o Estado brasileiro trate essa questão com a seriedade que ela merece e promova uma regulamentação adequada e justa para a tributação de criptomoedas.



***Wesley Cesar Gomes Costa** é advogado tributarista e professor



Fundado em 7 de julho de 1986
Estado e impresso por Sistema Planalto de Comunicação EIRELI.

Fundador e Diretor-Presidente
Sebastião Barbosa da Silva
sebastiao@tribunadoplanalto.com.br

Diretor de Produção
Cleyton Ataídes Barbosa
cleyton@tribunadoplanalto.com.br

Endereço e telefone: Rua Antônio de Moraes Neto, 330, Setor Castelo Branco, Goiânia - Goiás - CEP: 74.403-070 - Fone: (62) 3434-1516

Editores
Andréia Bahia
abahiagn@yahoo.com.br

Dhayane Marques
dhayanemarquess@gmail.com

Carla Borges
carlazenborges@gmail.com

Sinésio Dias de Oliveira
oliveirasinesio@gmail.com

www.tribunadoplanalto.com.br

Caro leitor, envie sugestões de pautas, críticas, artigos e textos para serem avaliados e publicados.

Departamento Comercial
comercial@tribunadoplanalto.com.br
62.99622-5131

Ajude-nos a fazer a TRIBUNA DO PLANALTO em sintonia com você. Escreva para: redacao@tribunadoplanalto.com.br

Curta e compartilhe
nossas redes sociais



Tribunadoplanalto



@Tribunaplanalto



@Tribunaplanalto

CLT

Novas mudanças à vista

Para advogado Murilo Chaves, conjunto de leis acompanha a evolução das relações de trabalho

Carla Borges

O A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) brasileira completou 80 anos em um cenário com perspectivas de mudanças para atender à evolução das relações de trabalho no país. Advogado especialista em Direito do Trabalho, Murilo Chaves pondera que há vários projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional e aponta duas tendências principais: a possibilidade de adoção de pessoa jurídica (chamada de pejetização) para cargos de alto escalão nas organizações, e alguma regulamentação para os trabalhadores de aplicativos.

Para Murilo Chaves, é natural que haja mudanças para acompanhar as alterações no mundo do trabalho. Ele pondera, por exemplo, que algumas mudanças introduzidas pela reforma trabalhista de 2017 já precisam ser reavaliadas. Sobre esse cenário, o advogado pontua que, no âmbito do governo federal, foi anunciada a criação de um grupo de trabalho para discutir pontos que podem ser melhorados. Uma das situações que tomou grandes proporções nesse contexto é a dos trabalhadores de aplicativos, como motoristas de Uber e entregadores de encomendas.

Murilo Chaves não vê vínculo trabalhista entre trabalhadores de aplicativos, embora o Tribunal Superior do Trabalho (TST) tenha decisões nesse sentido. Assim, a palavra final deverá ser do Supremo Tribunal Federal (STF). “Alguma providência deve ser adotada, eles não podem simplesmente ficar entregues à própria sorte, precisam de garantias como acesso à Previdência Social, saúde e segurança, por parte das plataformas”, entende.

A tendência de regulamentar a pejetização para os altos cargos Murilo também vê como interessante. “Há alguns anos não tinha-



Advogado trabalhista Murilo Chaves: “É preciso manter a vigilância”

mos, por exemplo, remuneração variável, que é o caso desses cargos”, aponta. Outra mudança recente e que terá reflexos para as relações trabalhistas é a decisão recente do STF pela volta da contribuição assistencial, aquela em que a cada ano é descontado um dia de labor do trabalhador para repasse ao sindicato da categoria. “É uma decisão coerente, que fortalece os sindicatos, já que o STF também decidiu que é constitucional a norma da reforma trabalhista que colocou a negociação coletiva acima do que é legislado, mas, ao mesmo tempo, enfraqueceu os sindicatos acabando com essa contribuição, agora restabelecida pelo STF”, analisa.

Evolução legislativa

Murilo Chaves aponta uma grande evolução legislativa nessas oito décadas da CLT e acredita que há motivos para comemorar neste 1º de maio. Mas recomenda cautela. “Não podemos descuidar, afinal 40% das ações trabalhistas no país são referentes a pagamento de verbas rescisórias, ou seja, são propostas por trabalhadores mandados embora e que não recebem as verbas a que têm direito”, observa.

“Vejo que a CLT evoluiu bem ao longo desses 80 anos, é um conjunto de legislações muito bom, mas temos de nos manter vigilantes, principalmente em relação à atuação do Congresso Nacional”, recomenda o advogado trabalhista.

Divulgação

Tribuna Jurídica

CARLA BORGES
carlazenborges@gmail.com



Grupo econômico da Reydrogas

O juiz Ricardo Teixeira Lemos, da 3ª Vara da Fazenda Pública Estadual – Execução Fiscal, julgou procedente o pedido de reconhecer a existência da formação de grupo econômico familiar formado por Reydrogas Comercial Ltda., Santa Mônica participações e Serviços S.A., Orybram Administração de Bens Ltda., Drogafarma Comércio Participações Ltda., a genitora Geny Carneiro Moraes, já falecida, e suas filhas Keilla Márcia Moraes, Lara Mônica Moraes e Claudia Amélia Moraes.

“Notório”

“É notório, pelo conjunto probatório dos autos, a figura do grupo econômico de fato, com administração conjunta do grupo familiar e, principalmente, com a concentração de grande parte do patrimônio na Orybram”, afirmou o magistrado em sua decisão.

Indisponibilidade

O Estado de Goiás ajuizou ação de execução fiscal em desfavor de Reydrogas Comercial Ltda., redirecionada à sucessora Santa Mônica Participações e Serviços S.A., com pedido de reconhecimento de formação de grupo econômico e a concessão de medida cautelar de indisponibilidade de bens. As sócias e ex-sócias negam irregularidades.

Quadros societários

O magistrado constatou que, embora as pessoas jurídicas requeridas fossem compostas por quadros societários diversos, principalmente após o ano de 2001, é notório pelo conjunto probatório dos autos a figura do grupo econômico de fato, com administração conjunta do grupo familiar e, principalmente, com a concentração de grande parte do patrimônio na Orybram.

Fotos: Divulgação

Fogos

Por unanimidade, o Plenário STF decidiu que os municípios têm legitimidade para aprovar leis que proibam a soltura de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos que produzam estampido. A decisão foi tomada no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 1210727, com repercussão geral (Tema 1056), na sessão virtual concluída em 8/5, seguindo o voto do ministro Luiz Fux (relator).

Horas in itinere

Devido à previsão em convenção coletiva de trabalho (CCT), uma indústria agrícola do sul de Goiás deverá pagar a um trabalhador a diferença das horas gastas durante o trajeto entre sua casa e a empresa, e vice-versa. Esse período é conhecido como horas in itinere.

Questionamento

A decisão é da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO) ao apreciar o recurso da Rio Claro Agroindustrial S.A., que questionava o pagamento das diferenças previstas em CCTs para um trabalhador e a aplicabilidade das convenções do sindicato dos rurícolas.



No STF

A juíza Aline Vieira Tomás Protásio (foto), da comarca de Anápolis, atuará como auxiliar no gabinete da ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF). A solicitação feita pela presidente do STF, ministra Rosa Weber, foi autorizada pelo presidente do TJ-GO, desembargador Carlos França, e referendada pelos integrantes do Órgão Especial na quarta-feira, 10.



A tese viola a própria definição legal de legítima defesa



Augusto Aras, PGR, em ADPF que pede ao STF que proíba a alegação de “legítima defesa da honra” em crimes contra mulheres

ENTREVISTA

“As redes sociais que exercem censura ao determinar previamente o que vai ser exibido ou não na nossa tela”

O advogado é a favor da regulação das chamadas mídias digitais, que envolvem as redes sociais, os aplicativos de mensagem e as ferramentas de busca, mas acredita que o Projeto de Lei 2.630, que ficou conhecido como PL das Fake News, precisa ser aprimorado, especialmente em relação ao fato de deixar a regulamentação para uma segunda fase, aumentando a insegurança jurídica.

TRIBUNA DO PLANALTO

Qual a sua opinião sobre o Projeto de Lei (PL) que pretende responsabilizar as redes sociais, as ferramentas de busca e os aplicativos de mensagem pelo conteúdo veiculado?

RAFAEL MACIEL

É muito difícil falar sou a favor ou sou contra o PL. Eu sou a favor e defensor de que é necessário haver uma regulação das redes sociais porque é preciso que elas sejam mais transparentes e que haja regras. Por exemplo, há contas que são removidas sem qualquer tipo de informação sobre qual violação foi cometida, não há respostas claras. As redes sociais dizem que houve uma violação, mas não indicam qual daqueles milhares de artigos foi violado exatamente. Já teve casos de portais que, por causa de um conteúdo considerado irregular - uma foto do Medina campeão no Havaí - entenderam que houve violação de direito autoral e, ao invés de remover aquela única postagem, removeu todo um canal que tinha também o direito, mais do que liberdade de expressão, mas de imprensa. Imagina a gravi-

dade disso. Quando se fala assim em ser responsabilizado pelo conteúdo, tem que se tomar cuidado porque a responsabilização das redes sociais ocorre quando ela descumpra um critério, por exemplo, em relação ao conteúdo patrocinado, que ela quer impulsionar. Se já se faz uma verificação do conteúdo que vai ser alavancado nas plataformas, o PL coloca alguns requisitos para que não se permita conteúdos antidemocráticos, terroristas ou discurso de ódio. O problema do PL, que é minha ressalva e acredito que é o que tem gerado muita insegurança para todos, é em relação à implementação de um protocolo de segurança por um órgão - que também não se sabe qual órgão vai ser - em caso de essas redes sociais não agirem com o dever de cuidado prévio. Ou seja, traça alguns requisitos que o provedor tem que observar, agindo proativamente, e caso essa entidade entenda que esse dever não foi atingido ela poderia instaurar um protocolo de segurança. E este protocolo de segurança, quando instaurado, todo o conteúdo de terceiro relativo à queixa ou a um motivo do protocolo

de segurança - entendeu que era um ato antidemocrático e as redes sociais não agiram adequadamente - a empresa passa a responder em relação a todas essas postagens semelhantes. O cenário que temos hoje é o do Marco Civil, em que os provedores não respondem pelo conteúdo dos terceiros a não ser que descumpram uma ordem judicial. É claro que isso é muito cômodo para os provedores porque há situações de fato, e até pela dimensão que as fake news tomaram, fica muito difícil também para o Judiciário. Resumidamente, sou a favor da regulação das redes sociais, mas receio esse órgão que vai fazer essa atividade de fiscalização administrativa. Acredito que determinado tipo de violações teremos que ver no Judiciário, mas não podemos também deixar essas redes sociais fazendo o que bem entendem, especialmente na questão, por exemplo, da falta de transparência do algoritmo, o tipo de conteúdo que elas impulsionam. Isso já chegou a um nível muito crítico, essa ausência de transparência.

Alguns países já fizeram essa regulação, como a Alemanha. As bigtechs não gostaram, mas aceitaram. Está havendo um tratamento diferente dessas empresas em relação à regulamentação que o Brasil está propondo?

Vou falar sobre um cenário bem objetivo da minha atuação prática em relação, por exemplo, a pedidos judiciais de remoção de conteúdo, e identificação de criminosos. A forma como elas agem perante o Judiciário brasileiro é completamente distinta. Elas ignoram as determinações judiciais no Brasil, enquanto lá fora ordens semelhantes elas cumprem sem nem questionar. O que me parece, e eu já percebi há muito tempo, é que elas têm uma certa desrespeito às instituições brasileiras justamente porque as punições não fazem nenhuma cócega aos seus negócios. Se o Judiciário aplica uma multa em primeira instância porque a empresa descumpriu o pedido judicial e ela recorre ao STJ, que reduz ou tira a multa, para

ela vale a pena. Em relação à manifestação das bigtechs sobre o PL, embora muitas pessoas estejam discutindo isso, e é absolutamente legítimo que uma empresa se manifeste politicamente, o problema é quando começam a equiparar redes sociais com veículos de comunicação, que têm regras diferentes e não têm a capacidade que uma bigtech de impulsionar um conteúdo ou enviar o debate. Ou seja, temos dois problemas nessa história. Um problema é que tecnicamente eles têm uma capacidade diferente e outro é que o conteúdo foi absurdo, fizeram ameaças, dizendo que a internet não vai ser a mesma e que a empresa vai sair do Brasil. Esse tipo de ameaça não é a primeira vez que acontece e já teve fora do Brasil. Nos Estados Unidos essas empresas se manifestaram em relação a uma legislação conhecida como Sopa, contra pirataria on-line, que afetava muito o negócio financeiro dessas empresas. Houve protestos da Wikipédia, que saiu do ar, do Google e de outros sites.



Rafael Maciel

Advogado especialista em Direito digital

Eles já fazem isso há algum tempo, sempre com esse discurso terrorista porque somos muito dependentes do uso da tecnologia. E criam esse debate de que é um projeto de censura, que tem um projeto de limitar o conteúdo. Eu acho que esse protocolo de segurança gera mais receio quando a legislação deixa de trazer quais são os critérios e transfere para uma regulamentação futura. Eu não posso ter regulamentação posterior de algo que pode até superar o que está na lei. No Brasil não é raro que uma regulamentação extrapole aquilo que a legislação permitiu. Além da Alemanha, tem legislação nesse sentido no Canadá, há uma discussão muito forte nos Estados Unidos, a Europa tem uma regulamentação avançada para ser discutida e que é bem semelhante ao PL que está no Brasil, que é basicamente colocar obrigações para que as empresas cumpram. Isso não é algo para cercear ou impedir a liberdade de expressão de maneira alguma, pelo contrário, é permitir a liberdade de expressão. As pessoas estão se esquecendo de que as redes sociais já exercem essa censura. Elas exercem a fiscalização de determinado conteúdo. Às vezes uma publicidade que a empresa entende que está equivocada ela não publica, e seu concorrente vai publicar. Eu tenho um caso da remoção daquela ficha empresarial de uma empresa e da outra continua. Não se consegue saber por que, não tem canais de comunicação, não tem a quem reclamar a não ser no Judiciário. E quando é o Judiciário, a rede social se apresenta como se fosse uma paladina da justiça e da liberdade, dizendo que cumpriu e que não é bem assim, que é difícil. Tem um caso recente em que a rede social simplesmente respondeu, em um processo de uma ficha empresarial de um laboratório de Goiânia que saiu do ar, em que o juiz fixou a multa, ela descumpriu no prazo que foi dado e disse que estava analisando se se teria que cumprir ou não a ordem do Judiciário. Chega a esse absurdo nas petições. É uma vivência que eu tenho e não é uma defesa política, nada disso, mas de ver na prática como elas conduzem de fato.

A Justiça vem agindo em relação a essas empresas, inclusive o STF tem tentado ter algum contro-

le. É legítimo, já que não há uma lei que trate do tema, o STF tomar essas medidas?

Às vezes há um exagero e algumas decisões extrapolam o rito que seria adequado sob a justificativa de que nós não estamos em condições normais e que vale tudo. Eu não defendo essa linha. Preocupa-me, agora, por exemplo, com o adiamento da votação do PL, se vão colocar em pauta a discussão da inconstitucionalidade do artigo 19 do Marco Civil da Internet, que determina a necessidade de prévia e específica ordem judicial de exclusão de conteúdo para a responsabilização civil de provedor de internet, websites e gestores de aplicativos de redes sociais por danos decorrentes de atos ilícitos praticados por terceiros. Não há nada de inconstitucional nele, atende todos os requisitos formais e serviu muito bem. Eu me lembro que quando se permitiu a propaganda paga na internet foi feita uma resolução para dizer qual tipo de propaganda poderia ter. Na época, o Judiciário não usava as redes sociais e a discussão - eu me lembro muito bem que me chamou muito a atenção - quem foi discutir essa resolução foram as bigtechs e não a academia. E curiosamente, a única propaganda paga permitida naquela época foram as de impulsionamento pelas ferramentas próprias das redes sociais. A justiça brasileira criou um monstro, criou um cenário permitindo que essas empresas descumprissem ordem judiciais, que não ouvissem outros interessados, a própria polícia, para entender porque que não fornecia dados. Por exemplo, essas decisões que tem de suspensão de WhatsApp, agora, recentemente, Telegram por não contribuir com a investigação de crimes como pedofilia, terrorismo e incitação a ódio em escolas se dão depois que aplica multa, pede mais uma vez e chega num ponto em que o magistrado não tem mais armas e tem que usar essa medida de bloqueio. Quando se fala em bloqueio, a rede social vai dar atenção para o processo. Ainda que não tenha o dado, é o momento em que pela primeira vez ela explica as questões técnicas. E mesmo quando ela explica, no cenário atual, nós não temos elementos para ver se isso que ela está dizendo é de fato verdade porque ninguém vai lá

Fotos: Divulgação



no código investigar. O PL traz opções interessantes como, por exemplo, relatório de impacto, auditoria, eu consigo ver se o que a rede social está dizendo é verdade. E quando há essas decisões de bloqueios de conteúdo, a sociedade, ao invés de se indignar com um provedor que não cumpriu com uma ordem judicial para investigar um atentado a uma escola, que atingiu crianças, questiona a ordem do juiz. É uma inversão de valores inadmissível que mostra o poder das redes sociais.

Essas plataformas recebem que haja algum tipo de controle sobre os negócios delas, não se trata de defesa da liberdade de expressão e combate à censura?

Se elas fossem tão preocupadas com a liberdade de expressão, não removeriam conteúdos. Nós esquecemos que elas removem vários conteúdos e várias contas sem explicar e sem dar qualquer tipo de justificativa. Ainda que seja legítima a remoção, mas elas não explicam e muitas vezes não é legítimo. Eu já tive o caso de um veículo de comunicação, veículo da imprensa, que foi removido do YouTube e não se conseguia saber o porquê. Enquanto sociedade, temos que começar a entender um pouco também o jogo dessas redes sociais para não ficar entrando nesta defesa como se fosse cordeiros, sendo manipulados por essa rede social com medo de que o Estado é que vai criar censura quando de fato e nós já estamos sob censura. Porque quem faz censura hoje são os provedores das redes sociais porque eles determinam previamente o que vai ser exibido ou não na nossa tela. Eles que têm esse poder e o PL não fala de controle prévio. Eu elejo o Estado e não o dirigente da empresa privada. Se

eu tiver que escolher quem vai fazer algum controle, eu prefiro que seja o Estado.

Já existe o Marco Civil da Internet e uma legislação que criminaliza atos como racismo, pedofilia, incitação ao ódio, além dos casos de calúnia, injúria e difamação e também os modelos de negócios. É necessária outra lei para regular as mídias digitais?

Sim, porque alguns pontos têm que ser deixados mais claro. Por exemplo, o direito que tem uma pessoa de ser informada sobre o porquê sua conta foi removida é um direito claro, legítimo e fundamental e o PL entra mais na minúcia, dizendo o procedimento. Fica mais fácil e acaba gerando mais segurança jurídica para as empresas também. Porque passa um critério que todos os magistrados vão ter que seguir e, hoje, há uma legislação que prevê o direito fundamental, mas cada juiz interpreta o rito de uma forma. Isso gera insegurança. Mas de fato, tem muita coisa que não precisa de outra legislação, mas acho que nesse caso eu entendo que precisamos sim.

No PL, quais os pontos jurídicos são mais polêmicos e quais os pontos éticos são polêmicos?

O pior e mais polêmico é esse órgão que vai fiscalizar com o protocolo de segurança, mas não ele por si só, mas a falta de clareza sobre como ele vai agir. Há uma polêmica muito forte que me parece que já foi retirada do texto, que é a questão da remuneração do jornalismo. Da forma como está no projeto, pode ser que as empresas possam vir a impedir qualquer tipo de compartilhamento de conteúdo para não ter que pagar. Se não tomarmos cuidado, podemos prejudicar a imprensa ainda mais. Mais uma razão para regular porque o poder delas está grande demais. Tem a questão da imunidade parlamentar, mas eu não vejo esse cenário com preocupação porque me parece que o fato de ter imunidade enquanto parlamentar exercendo a função de parlamentar se estende para as redes sociais. Eles estão com uma preocupação muito grande em não poder mais se manifestar, mas se o cenário vai valer para todo mundo pode valer para eles também e que a imunidade fique só lá no parlamento. O impulsionamento de conteúdo

é algo que me parece muito válido do ponto de vista de ter que indicar quem está financiando o conteúdo, ou seja, quem está pagando aquela publicidade. É importante que saibamos quem está pagando até para evitar caixa-dois em campanhas políticas. Ou seja, saber exatamente quem financiou aquela postagem para que a pessoa que cometeu uma fake news ou um outro ilícito, uma discriminação, possa ser punida. O que pode ser polêmico é a questão da subjetividade, o que pode ser considerado antidemocrático, difamatório ou discriminatório. Isso é um peso que talvez somente o Judiciário possa medir. Do ponto de vista ético, a discussão principal é saber até onde queremos que essas redes sociais sejam um estado paralelo. O que demonstrou nessa tentativa da semana passada é o quanto de fato precisamos de regulação porque quando elas querem controlar o conteúdo e enviar o debate, elas fazem e de uma maneira muito grave, muito séria. Não só o conteúdo, falar que o PL é censura, que vai acabar com a internet, que vão fugir do Brasil, mas também a forma como fazem. Essa é uma discussão que temos que colocar na mesa. Só que infelizmente, o problema hoje no Brasil, é que toda discussão, qualquer tipo de regulação, qualquer tipo de debate cai nessa disputa política. E só estamos nessa polarização, esquerda e direita, justamente porque as bolhas das redes sociais assim o fizeram. É ingenuidade acreditar que são opções das pessoas pura e simplesmente, não são. Tem uma condução das próprias redes sociais. E elas querem o que com isso? Que fiquemos na rede social e para ficarmos na rede social o que ela vai mostrar? Aquilo que agrada para o usuário se sentir confortável. Nós gostamos de estar com aqueles que compartilham as mesmas ideias. Não é à toa que muitas pessoas questionaram os dados de eleições dizendo: 'ora, eu vejo várias pessoas que votam no ciclano' e, do outro lado também: 'eu vejo várias pessoas que votam no fulano. Como deu esse resultado diferente?' Porque não percebem que estão nas bolhas. Passou. Eu fico muito feliz que tenhamos essa discussão que mostra maturidade.

NEGÓCIOS

Caiado recebe empresários chineses no Palácio das Esmeraldas

Wesley Costa

Fabricante de tratores, máquinas agrícolas e de construção tem interesse em montar fábrica em Goiás; encontro fortalece relações comerciais benéficas ao agronegócio goiano

Da Redação

O governador Ronaldo Caiado e o vice-governador Daniel Vilela, receberam na quinta-feira, 11, representantes de empresas da China para almoço no Palácio das Esmeraldas. Em pauta, o interesse da YTO Group Corporation, fabricante de tratores, colheitadeiras e maquinário de construção em instalar uma fábrica no estado. O estabelecimento da montadora fortalece a cadeia do agronegócio goiano.

“É uma das maiores indústrias de tratores da Ásia. Será um prazer recebê-



Governador Ronaldo Caiado durante encontro com empresários chineses no Palácio das Esmeraldas

los para que a gente possa conviver não só com a qualidade do produto, mas com a fabricação desses tratores, colheitadeiras e máquinas no estado, impulsionando nossa economia”, destacou Caiado ao ressaltar que o Governo de Goiás apoia iniciativas que visam o desenvolvimento.

Fundada em 1955, a YTO

Group Corporation é líder na fabricação de máquinas agrícolas e máquinas para construção na China. A empresa produz, em média, entre 80 e 100 mil tratores por ano. “Com o apoio do governo de Goiás, temos boas expectativas para ingressar no mercado brasileiro. Esse encontro foi positivo e pode render

bons frutos”, afirmou o diretor comercial para Américas da YTO International, Wang Hui.

“O governador e o vice-governador foram receptivos e procuraram demonstrar apoio ao projeto da YTO no Brasil, que está dando os primeiros passos agora. Essa fase inicial é a importação e distribuição, mas tudo leva a

crer que em um curto espaço de tempo vai migrar para uma montagem de tratores no Brasil. Estamos felizes com o apoio do governo, que está dando todo respaldo para que isso possa acontecer nas melhores condições possíveis aqui no estado”, finalizou Fernando Franco, sócio administrador da Express Trading.

ECONOMIA

Daniel Vilela formata missão internacional à China

Uma comitiva goiana liderada pelo vice-governador Daniel Vilela vai desembarcar na China na primeira quinzena de junho com o objetivo de atrair parcerias e investimentos para o Estado de Goiás. O assunto foi discutido, na quinta-feira, 11, durante reunião do vice-governador Daniel Vilela com representantes do Fórum das Entidades Empresariais e cinco integrantes de uma delegação chinesa denominada “BRICS PartNIR”.

“Trabalhamos para ampliar e aproveitar esse ótimo momento que Goiás

vive para buscar mais empresas e indústrias para cá e, assim, fomentar ainda mais a economia do nosso estado. De tudo que exportamos, metade vai para a China, nosso principal parceiro comercial. Daí a importância de intensificarmos as relações com este país”, disse Daniel durante o encontro realizado na sede da Associação Comercial e Industrial do Estado de Goiás (Acieg).

A delegação chinesa que desembarcou na capital representa 20 grandes empresas que integram a lista das 300 maiores da China. “O Brasil foi o primei-

ro a nos visitar depois do período pandêmico [de Covid-19; em referência à ida do presidente Lula]. Estamos com boas expectativas para negócios e relacionamentos”, destacou Hong Liang, diretor-geral adjunto do Grupo Líder de Xiamen. “Estamos aqui para reafirmar as potencialidades do nosso estado para esse mercado consumidor e pujante que é a China”, devolveu Rubens Fileti, presidente da Acieg.

O Governo de Goiás busca, com esta missão internacional, acordos comerciais e investimentos a serem feitos pela China

em solo goiano em áreas como infraestrutura, mobilidade, indústria, agricultura e energia renovável. O roteiro prevê compromissos como visitas técnicas a indústrias farmacêuticas, fábrica de tratores e às usinas que transforma resíduos sólidos em energia, além de reuniões com empresários e representantes do BRICS (grupo de países de economias emergentes formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e participação em uma feira de negócios.

A missão será dividida em duas etapas: além da ida de Daniel, empresários,

industriais e agentes políticos ao território chinês no próximo mês, o governador Ronaldo Caiado também embarcará com uma segunda comitiva no segundo semestre deste ano, quando deve arrematar os diálogos já iniciados pelo vice-governador. “Será uma agenda intensa, para a qual contamos com o apoio da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex). Nosso objetivo é transformar esta ótima relação com a China em resultados práticos que incluem, inclusive, a geração de mais empregos para os goianos”, disse Daniel.

DESINFORMAÇÃO

Julgamento do TSE foi concluído na quinta-feira, 11; empresário Pablo Marçal também foi multado



TSE multa parlamentares por divulgarem

fake news contra Lula

Foto: TSE

Multas serão individualizadas, com valores ainda a serem definidos

Da Redação

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) multou os deputados Eduardo Bolsonaro (PL-SP), Carla Zambelli (PL-SP), Nikolas Ferreira (PL-MG) e o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) por terem divulgado, via redes sociais, “vídeo desinformativo que atingiu a honra do então candidato a presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (PT), durante a campanha

das Eleições 2022”.

As multas serão individualizadas, com valores ainda a serem definidos. A decisão foi por maioria de votos (5x2). A decisão foi tomada na quinta-feira, 11.

Produzido pelo então candidato Nikolas Ferreira, o vídeo em questão foi compartilhado pelos outros parlamentares. Ele continha a falsa notícia de que Lula teria incentivado a prática de diversos tipos criminais, como apoio ao consumo de drogas; à censura; a assassinatos, a aborto, e ao fechamento de igrejas.

Os dois votos contrários à aplicação da multa foram os do ministro Nunes Marques e do relator, ministro Raul Araújo, sob a alegação de que o conteúdo não

teria ultrapassado “crítica política ácida”. Os demais votos (5) formaram então maioria, seguindo divergência aberta, em relação à relatoria. A proposta de divergência foi do ministro Sérgio Banhos.

Ao abrir a divergência, Banhos argumentou que as alegações feitas no vídeo, propagado nas redes sociais, desbordaram do limite da propaganda eleitoral admitida pela legislação eleitoral.

Em outubro do ano passado, o plenário do TSE determinou que as plataformas digitais responsáveis pelo Twitter, Instagram, TikTok e Facebook retirassem o vídeo do ar, no prazo de 24 horas. A decisão previa

multa de R\$ 50 mil por dia, caso a determinação judicial fosse descumprida. “As plataformas atenderam a determinação em seguida”, informou o TSE.

Nikolas Ferreira usou sua conta no Twitter para comentar a decisão da Corte. “Segundo o TSE, agora é proibido e passível de multas altas, criticar políticos e suas falas em campanha. A liberdade de expressão está caminhando para o seu fim no Brasil”, tuitou o deputado.

“CARTILHA SEXUAL”

Em outro julgamento, o TSE condenou, por unanimidade, o empresário Pablo Marçal a pagar uma multa de R\$ 5 mil por ter divulgado — em sua conta no

Instagram, no dia 4 de outubro de 2022 — um vídeo no qual Jair Bolsonaro acusava o Ministério da Educação de ter divulgado, em 2013, durante o segundo governo Lula, uma cartilha de temática sexual voltada a crianças.

Segundo o TSE, em outubro do ano passado, a ministra Maria Claudia Bucchianeri concedeu liminar determinando a remoção do conteúdo propagado por Marçal no prazo de 24 horas, sob pena de multa diária de R\$ 10 mil, caso a plataforma desrespeitasse a ordem judicial.

As ações foram julgadas a partir de uma representação da coligação de apoio à candidatura de Lula. (Agência Brasil)

INCLUSÃO

Comissão aprova medidas para advogados com deficiência

A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Câmara dos Deputados aprovou proposta que prevê uma série de medidas para promover a inclusão de advogados com deficiência, incluindo cotas mínimas nos escritórios de advocacia.

O texto aprovado é o substitutivo do deputado Rubens Otoni (PT-GO) ao Projeto de Lei 2617/19 (e apensados), do deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS).

O substitutivo altera o Estatuto da Advocacia.

Durante a votação, o relator destacou a importância de aprovar a proposta. “A rigor, a promoção da inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, inclusive a partir de ações afirmativas, já está prevista [na legislação]. Todavia, essas determinações legais não têm produzido um efeito inclusivo substancial”, disse. Para Otoni, os escritórios de advocacia podem contribuir

para melhorar essa situação.

O substitutivo detalha as medidas que deverão ser adotadas para promover a inclusão no meio jurídico. Em relação às cotas, o texto reserva de 2% a 5% das vagas nos escritórios para advogados e funcionários com deficiência, a depender do tamanho da firma.

ADAPTAÇÃO

A proposta prevê ainda as seguintes medidas:

O registro profissional

deverá conter campo específico para o advogado indicar o tipo de deficiência; os advogados com deficiência têm direito à isenção de 25%, 35% ou 50% da anuidade para a OAB, a depender do grau de deficiência (leve, moderada e grave); a comunicação realizada pelas unidades da OAB com os advogados com deficiência visual e auditiva deve ser disponibilizada em formato acessível; os processos eletrô-

cos devem permitir o livre acesso aos advogados com deficiência visual e auditiva; as salas e os escritórios por onde transitam os advogados com deficiência, como fóruns e sedes da OAB, devem ser adaptados.

TRAMITAÇÃO

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado agora pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ). (Agência Câmara de Notícias)

COMURG

CEI questiona ex-secretária executiva da SRI sobre praças não concluídas

Câmara Municipal

Lilian Parreira era gestora de contratos que receberam pagamentos antecipados da Prefeitura, sem execução dos serviços

Da Redação

A Comissão Especial de Inquérito (CEI) que investiga supostas irregularidades na gestão da Companhia de Urbanização de Goiânia (Comurg) ouviu, na quarta-feira, 10, a ex-secretária executiva da Secretaria Municipal de Relações Institucionais (SRI), Lilian Souza e Silva Parreira. Era ela a gestora dos contratos 012/2022 e 033/2022, firmados entre SRI e Comurg, cujos recursos — oriundos de emendas parlamentares impositivas — foram adiantados pela Prefeitura à companhia, sem execução dos serviços. O montante ultrapassa R\$ 12 milhões.

Do valor total dos contratos, cerca de R\$ 8 milhões foram pagos à Comurg, antecipadamente, em julho do ano passado — menos de um mês após assinatura —, e outros R\$ 3,2 milhões, em outubro. O dinheiro deveria ser investido na revitalização e na construção de 50 praças, conforme emendas asseguradas pelos vereadores. Na condição de testemunha, a ex-secretária executiva foi questionada pelos membros da CEI sobre detalhes dos contratos, como fiscalização das obras, prazos, memoriais descritivos e planilhas orçamentárias, bem como possível favorecimento na execução de emendas.

Lilian Parreira declarou que só acompanhou contratos e obras até outubro, quando foi exonerada do cargo. Os serviços, segundo ela, foram iniciados em 21 de junho de 2022 e o “primeiro pacote”, de dez praças, deveria ter sido entregue dois meses depois. “A ordem de prioridade foi atender ao maior número de regiões da



Sessão da CEI da Comurg que ouviu ex-secretária: vereadores veem discrepância na execução de emendas impositivas

cidade”, explicou a depoente, frisando que a escolha das praças, a partir das emendas, se deu aleatoriamente.

“Como gestora, acompanhei tudo até outubro, quando houve exoneração em massa de servidores da Prefeitura. Fiz relatórios técnicos de acompanhamento das dez primeiras praças do pacote, mas, quando fui exonerada, elas ainda não haviam sido entregues”, acrescentou Lilian. Segundo ela, houve cobrança por parte da SRI e a Comurg chegou a ser notificada pelo atraso das obras. “Acreditávamos que a Comurg conseguiria cumprir o que foi acordado, sobretudo porque, em certo momento, houve uma aceleração dos serviços”, pontuou.

DISCREPÂNCIA

De acordo com o presidente da CEI, Ronilson Reis (PMB), memoriais descritivos e planilhas orçamentárias recebidos pela comissão apontam que algumas praças receberam mais estrutura do que o previsto no con-

Do valor total dos contratos, cerca de R\$ 8 milhões foram pagos à Comurg, antecipadamente, em julho do ano passado — menos de um mês após assinatura —, e outros R\$ 3,2 milhões, em outubro. O dinheiro seria para 50 praças.

trato, enquanto outras receberam menos equipamentos ou não foram finalizadas. Vídeos apresentados, durante a reunião, mostraram a diferença entre obras executadas. Ronilson citou, como exemplo, as Praças da Bandeira, no Bairro Goiá, e do Residencial Português, na Região Leste da capital.

“Na emenda destinada à

Praça da Bandeira, estava prevista instalação de cinco bancos e foram colocados 16. Aumentaram sete lixeiras. Eram sete postes; foram colocados 20. Além disso, essa praça recebeu parque infantil e até espaço pet, que não constavam do projeto”, destacou o vereador. Já na praça reformada no Residencial Português, segundo ele, estavam previstos 12 bancos, dos quais apenas quatro foram instalados. O local também deveria ter recebido suporte para vôlei, tabela de basquete e pintura da quadra esportiva. Pelos cálculos do presidente da CEI, R\$ 63 mil, da emenda parlamentar destinada à Praça do Residencial Português, não foram executados.

“Aumentaram quase R\$ 50 mil em uma praça e tiraram da outra. Foram muito benevolentes com a Praça da Bandeira e com a população do Bairro Goiá. Por quê?”, questionou Ronilson Reis, supondo possibilidade de favorecimento na execução das emendas. Segundo ele, a comissão produzirá levanta-

mento para identificar se a prática é comum na execução dos contratos. “São 50 praças e faremos levantamento de todas, para ver se isso ocorreu em outras e em quantas ocorreu”, reiterou.

Lilian Parreira negou favorecimento a vereadores na execução das emendas impositivas. Ainda de acordo com ela, foge à normalidade o fato desses recursos não serem executados conforme projeto original.

Membro da CEI, o vereador Henrique Alves (MDB) definiu como grave a situação exposta por Ronilson Reis. “O que foi levantado aqui causa espanto, sobretudo por questões legais”, argumentou. “Quando se fala em emenda impositiva, se fala em algo que é vinculante, ou seja, se um vereador destinou R\$ 200 mil para uma praça, esse valor tem que ser aplicado integralmente naquela praça; nem mais nem menos”, completou. Para Henrique Alves, a comissão deve investigar eventual favorecimento de parlamentares pela Prefeitura.

APARECIDA DE GOIÂNIA

Impulsionando a economia de Goiás e celebrando 101 anos de progresso

Arquivo Secom

Com aproximadamente 80 mil CNPJs ativos, o município se consolida como uma potência industrial de Goiás

Dhayane Marques

Aparecida de Goiânia é uma cidade que tem ganhado destaque significativo na economia do estado. Com uma população em constante crescimento e uma localização estratégica próxima à capital do estado, o município tem se tornado um importante polo econômico. No seu aniversário de 101 anos de fundação, Aparecida comemora também seu desenvolvimento urbano e social.

A economia de Aparecida de Goiânia é diversificada e abrange diversos setores. Um dos pilares econômicos da cidade é o setor industrial, com a presença de indústrias dos mais variados segmentos, como alimentos, química, metalurgia, plásticos, entre outros. Essas indústrias contribuem para a geração de empregos e o desenvolvimento econômico local.

Na última década, por exemplo, o Produto Interno Bruto (PIB) de Aparecida cresceu 122%, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE. Passou de R\$ 3,8 bilhões, em 2009, para R\$ 12,9 bilhões, em 2018, com elevação de 17,40% ao ano. Há um ano à frente do Poder Executivo, o prefeito, Vilmar Mariano, destaca que o seu trabalho é uma continuidade das gestões passadas.

“Estamos executando o plano de governo elaborado com a realização de uma série de obras. Nossa cidade avançou muito nos últimos anos em infraestrutura, com a pavimentação de centenas de bairros, a educação ganhou dezenas de novas unidades, a saúde deu um salto de qualidade com ampliação da rede e, sobre-



Praça Matriz marco zero da cidade

tudo, com o HMAP. A cidade segue avançando”, pontua.

Nesses 101 anos, Aparecida de Goiânia tem celebrado sua história e suas conquistas ao longo dos anos. A cidade vem investindo em infraestrutura, educação e inovação, buscando atrair novos negócios e fortalecer ainda mais a sua economia. A prefeitura anunciou um pacote de investimentos de R\$ 1 bilhão. De acordo com o chefe do Executivo, esse montante é fruto de financiamento junto ao Novo Banco de Desenvolvimento com contrapartida do município.

O investimento, segundo Vilmar Mariano, será destinado para “asfaltar todos os bairros ainda não pavimentados. Hoje, apenas 23% das ruas não são asfaltadas. Ainda neste pacote, vamos construir 13 novos Cmeis, escolas, quatro parques, pontes e viadutos. O processo, que é complexo, está andando e devemos iniciar as obras nos próximos meses”.

POTÊNCIA ECONÔMICA

Em 10 anos, o número de empresas ativas na cidade saltou de 6 mil para cerca de 54 mil, entre comércios, indústrias e empreendimentos do ramo de prestação de serviços. Hoje, são aproximadamente 80 mil CNPJs ativos em Aparecida, conforme levantamento da Secretaria Municipal de Indústria e



Igreja Nossa Senhora Aparecida, ponto turístico da cidade

Comércio.

O desenvolvimento econômico de Aparecida é confirmado também em estatísticas nacionais. Divulgado em março pela Escola Nacional de Administração Pública, o Índice de Cidades Empreendedoras mostra que, no ranking geral, Aparecida foi o 3º município que mais avançou na passagem de 2022 para 2023. Saiu da 65ª para a 35ª posição. Nos sete polos industriais de Aparecida trabalham mais de 120 mil pessoas, conforme a Secretaria Municipal do Trabalho.

“Isso é mérito do poder público, dos moradores e dos empresários que apostam em nossa cidade. Sou muito grato a cada empreendedor

que confia no desenvolvimento de Aparecida, cria postos de trabalho e gera divisas para o nosso município”, diz o prefeito Vilmar Mariano.

COMPLEXO VAI GERAR 3 MIL EMPREGOS

Outro empreendimento que deve potencializar a reputação de Aparecida como grande centro logístico é o Polo Aeronáutico Antares. O complexo para decolagens, pousos, hangaragem e manutenção de aeronaves de pequeno e médio porte está sendo construído pela iniciativa privada na região leste de Aparecida, com acesso pela Avenida Santana.

Segundo Marcos Alberto Campos, um dos sócios-diretores do Polo Aeronáutico

Antares, o complexo deve gerar 3 mil empregos para as famílias aparecidenses. Em reunião com o prefeito Vilmar Mariano, ele explicou que a construção do empreendimento foi dividida em cinco fases, sendo a primeira com previsão de entrega no segundo semestre de 2024.

HISTÓRIA DE APARECIDA DE GOIÂNIA

A história de Aparecida começou em 11 de maio de 1922. Naquela data, famílias de precursores da cidade rezaram uma missa campal onde foi construída, depois, a capela da padroeira do arraial — atualmente Paróquia e Santuário Nossa Senhora Aparecida.

Entre os vários colaboradores neste momento inicial estão Aristide Frutuoso, Antônio Lourenço Ribeiro, Antônio Alves Fortes, Antônio Bertoldo Ribeiro, Elias Gonçalves Primo, Manuel Cabral da Silva, Joaquim Marques da Silva, Benedito Batista de Toledo e outros.

Em 26 de dezembro de 1958, foi criado o Distrito de Goialândia, reconhecendo esta então pequena comunidade através da Lei nº 1.406. E em 14 de novembro de 1963, através do projeto de Lei nº 784/63, a Assembleia Legislativa de Goiás sancionou a Lei nº 4.927, criando, assim, o município de Aparecida de Goiânia.

Conheça
nossas ações em
prol das mães



ESSA É ALBERTA WILLIAMS

— MÃE DE MARTIN
LUTHER KING

CRIANDO UMA REVOLUÇÃO

“Minha mãe enfrentou o antigo problema dos pais negros na América: como explicar a discriminação e a segregação a uma criança. Ela tentou explicar o sistema dividido do Sul — escolas, moradias, teatros e restaurantes separados — como uma condição social e não como uma ordem natural. Então ela disse as palavras que quase toda pessoa negra ouve antes de entender a injustiça que as torna necessárias: “você é tão bom quanto qualquer um”. Naquela época, mamãe não tinha ideia de que o menino em seus braços, anos depois, estaria envolvido em uma luta contra o sistema de que ela falava.”

Martin Luther King

Uma homenagem a todas
as mães, que, criando seus
filhos, recriam o mundo.



CÂMARA
MUNICIPAL DE
GOIÂNIA



ESCOLA

INVESTIMENTO NA EDUCAÇÃO

Aparecida de Goiânia rumo ao futuro do conhecimento

Foto: Divulgação

Rede municipal atende 60 mil alunos na educação infantil e no ensino fundamental

Da redação

O investimento na educação é fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade e para o crescimento sustentável de uma cidade. Nos últimos anos, Aparecida de Goiânia tem se empenhado em fortalecer e aprimorar o sistema educacional, reconhecendo a importância de oferecer uma educação de qualidade para todos os seus cidadãos.

Uma das mudanças foi o aumento de vagas na educação infantil. A Prefeitura de Aparecida criou quase 6 mil vagas, atendendo às crianças que aguardavam no cadastro de reserva. A rede municipal cresceu e hoje tem 60 mil alunos na educação infantil e no ensino fundamental.

Para isso, a Prefeitura de Aparecida construiu novas escolas em toda a cidade.

Atualmente, são 33 Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), 56 escolas municipais, 29 escolas conveniadas e mais 5 escolas municipais em tempo integral. Conforme a Secretaria Municipal de Educação, a gestão está licitando a construção de outro quatro CMEIs.

Além de construir, a Prefeitura de Aparecida faz manutenção constante nos prédios escolares para manter o conforto e segurança dos alunos, professores e profissionais administrativos. Neste aniversário de 101 anos, a administração municipal comemora os resultados do programa Cuidar de Nossa Escola é Dever de Todos. É uma iniciativa pela qual a gestão está reformando dezenas de escolas em diferentes regiões da cidade.

A mais nova obra de reforma, entregue pelo prefeito Vilmar Mariano no mês passado, foi a da Escola Municipal Vera Cruz II. Com investimento de aproximadamente R\$ 1,5 milhão do Tesouro Municipal, a instituição recebeu serviços de reforma e manutenção.

“É uma alegria poder entregar essas escolas totalmente reformadas. Quando a Prefeitura realiza um serviço



Rede municipal de Aparecida cresceu e hoje tem 60 mil alunos na educação infantil e no ensino fundamental

dessa envergadura, quem ganha é a comunidade”, diz Vilmar Mariano.

Em março deste ano, Vilmar também assinou a ordem de serviço para reforma da Escola Municipal Benedito Rodrigues Siqueira, localizada no Jardim dos Buritis, e da Escola Municipal Parque Flamboyant. E ainda neste primeiro ano como prefeito de Aparecida, ele inaugurou a reforma da Escola Municipal Antônio Alves Neto, no Jardim Riviera.

VALORIZAÇÃO DOS PROFESSORES E ADMINISTRATIVOS

Buscando valorizar os professores da rede municipal, a Prefeitura de Aparecida, com aval de Vilmar, fechou em março deste ano acordo

para pagamento do piso salarial da categoria. Ficou acertado que a Prefeitura fará o pagamento integral do índice estabelecido pelo MEC para 2023. O percentual de 14,95% foi incorporado na folha de pagamento dos servidores e pago no contracheque do mês de abril, retroativo a março.

Para os servidores administrativos que aguardavam uma diferença salarial referente ao ano de 2015, a Prefeitura propôs a quitação do pagamento desses valores em sete parcelas, o que totalizará aproximadamente R\$ 1 milhão. A proposta também foi aceita pela categoria.

“Educação é o melhor investimento que se pode fazer no ser humano e nas futuras gerações, afinal,

conhecimento é algo que ninguém tira de você. Por isso, a Prefeitura de Aparecida investe muito na qualidade do ensino, fomentando o desenvolvimento da cidade nas próximas décadas”, avalia o professor Divino Gustavo, secretário municipal de Educação.

APARECIDA SE CONSOLIDA COMO CIDADE UNIVERSITÁRIA

Divino Gustavo afirma que Aparecida agora é considerada também uma cidade universitária. Nas últimas duas décadas, tanto o governo estadual, quanto o governo federal e a iniciativa privada apostaram em Aparecida para aqui no município novas universidades.

É o caso do novo câmpus da Universidade Federal de Goiás, construído na região leste da cidade. “Antes, nossos universitários tinham que ir para Goiânia para estudar. Agora, nós é que recebemos estudantes de outras cidades”, pontua o prefeito Vilmar Mariano. Aparecida conta ainda com unidades da Universidade Estadual de Goiás, do Instituto Federal de Goiás e do Centro Universitário Alfredo Nasser, entre outras faculdades particulares.

ANÁPOLIS

Alunos da rede municipal podem se vacinar contra Covid e Influenza na escola

A parceria entre as Secretarias de Educação e Saúde, da Prefeitura de Anápolis, tem levado a vacinação para os estudantes da rede municipal. A estratégia iniciada para imunizar as crianças contra a Covid também está sendo aplicada para a vacinação contra a Influenza.

“A adesão da comunidade escolar a essa estratégia foi bem positiva e acrescentamos a vacina contra a gripe. Uma forma prática

de proteger nossas crianças e familiares”, explica a coordenadora de Imunização, Mirlene Garcia.

E apesar de a vacinação ser direcionada aos alunos, também é disponibilizada aos profissionais da escola, familiares e comunidade que tenha interesse em se proteger, facilitando o acesso das pessoas e criando alternativas para a imunização. Mirlene Garcia destaca que os alunos devem ter autorização dos pais e,

SAIBA MAIS

Confira o cronograma:

Horário: de 8h às 17h

Dia 15	Escola Municipal Deputado José de Assis no Bairro de Lourdes
Dias 16 e 17	Escola Municipal João Luiz de Oliveira na Vila Santa Maria de Nazareth
Dias 18 e 22	Escola Municipal Realino José de Oliveira no Setor Jandaia
Dias 23 e 24	Escola Municipal Rodolf Mikel Ghannan no Bairro Paraíso
Dias 25 e 29	Escola Municipal Professora Maronita Dias Dourado no Setor Sul
Dias 30 e 31	Escola Municipal Elizabeth C. Lisboa no Filostro Machado

assim como os demais, o cartão de vacina em mãos.

A vacina contra a gripe

está disponível para pessoas de todas as idades e da Covid-19, para crianças acima de

seis meses, adolescentes e adultos, conforme o intervalo prescrito no cartão.



Dhayane Marques dhayanemarques@hotmail.com

Moda

Marcada para acontecer nos dias 29, 30 e 31 de agosto, 1º e 2 de setembro, no Centro Cultural Oscar Niemeyer, em Goiânia, a 2ª edição do Amarê Fashion - Semana da Moda Goiana tem como objetivo fortalecer os negócios da moda goiana, consolidando o Estado de Goiás como importante polo criador de moda no Brasil. Realizado pelo Sebrae Goiás junto com Governo do Estado de Goiás e o Sistema Fecomércio Sesc Senac, o evento pretende se consolidar no calendário da moda goiana, trazendo um maior número de desfiles e mantendo o alto padrão dos conteúdos compartilhados, além de aumentar o número de negócios e atrair ainda mais os olhares para as PMEs da moda goiana.

Divulgação



1ª Usina Solar

O Grupo Sol Azul Energia celebra a inauguração da "Usina Grupo Villa Hotéis", a 1ª Usina Solar de grande porte da região de Pirenópolis e entorno. A instalação localizada próxima à GO-225, na altura do KM 80, tem 14 mil m² de área, com uma capacidade de 1000 kWp, o equivalente a uma produção de R\$ 130 mil por mês. O parque energético é uma realização da empresa com sede na cidade de Anápolis-GO, tem a assinatura dos engenheiros Tiago Cardoso, Efton Resende, Marcos Rangel Sousa e foi financiado pela Caixa Econômica Federal e Bradesco.

...vai atender

A estrutura produzirá 100% de energia renovável necessária para abastecer todos os empreendimentos pirenopolinos do Grupo Villa Hotéis: Casarão Villa do Império, Villa do Comendador, Dádiva Hotel e Mandala dos Pireneus.

Manutenção da rentabilidade

O primeiro trimestre de 2023 da Cencosud Brasil, uma das maiores supermercadistas do país, foi marcado por oito conversões de lojas Bretas, em sua operação no estado de Goiás, e pela abertura de duas unidades Spid, no Rio de Janeiro. Agora, a bandeira Bretas soma 36 unidades de Cash & Carry, enquanto a operação brasileira da companhia soma 57 unidades neste formato. Mais importante ainda, com rentabilidade sólida, com Ebitda apresentando crescimento de 19,8% e margem de 5,7%, resultado das ações realizadas pela Companhia que estão focadas na melhoria contínua por sua na busca constante pela eficiência operacional.

Goiás lidera produção de sorgo e girassol

Reprodução



A produção de sorgo e girassol são atividades agrícolas importantes em várias regiões do mundo. Goiás tem liderado a produção de sorgo e girassol no País. É o que aponta a nova rodada de estimativas para a Safra de Grãos 2022/2023, divulgada nesta quinta-feira, 11, pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

O 8º Levantamento da Conab traz outra informação importante: após alguns meses, Goiás volta a aparecer na terceira posição no ranking geral de principais produtores de grãos entre os estados e o Distrito Federal.

"Algumas culturas se beneficiaram das chuvas e, enquanto alguns Estados tiveram perdas, Goiás seguiu o caminho inverso. Mas também tem muito trabalho do produtor rural goiano envolvido nessa melhora da perspectiva. Estamos vendo um avanço relevante na produtividade, e isso é sinal de boas condições climáticas, aliadas à profissionalização, investimento em tecnologia e conhecimento", afirma o secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Pedro Leonardo Rezende.

Crescimento de 21%

Em relação ao levantamento divulgado no mês passado, a estimativa para a produção estadual de sorgo no ciclo atual aumentou de 1,17 milhão de toneladas para 1,34 milhão de toneladas. Se confirmado, o resultado significa um crescimento de 21,9% em relação ao volume produzido na Safra 21/22. O rendimento médio, antes de 3,05 toneladas por hectare, agora está estimado em 3,49 toneladas por hectare.

Toneladas

De acordo com a Conab, as lavouras goianas devem entregar um total de 32,28 milhões de toneladas de grãos na Safra 22/23. O 8º Levantamento da Safra 2022/2023 indica que a produção de soja deve alcançar 17,73 milhões de toneladas em Goiás (mais 2% relação ao ciclo passado), com produtividade de 3,9 toneladas por hectare (queda de 1,5%) e área plantada de 4,55 milhões de hectares (alta de 3,5%).

Recorde

Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Goiás deve atingir em 2023 a maior área plantada com cereais, leguminosas e oleaginosas da série histórica registrada pelo órgão no estado. A estimativa é de 6,73 milhões de hectares, aumento de 4% em comparação com o ano passado. A produção goiana deve chegar a 29,1 milhões de toneladas, respondendo por 9,6% da produção nacional. Em relação ao mês anterior, a estimativa para a produção total goiana registrou acréscimo de 1,3 milhão de toneladas, maior entre todos os estados.



Moda gênero

Moda atemporal, sofisticada e com identidade — é essa a proposta da Club G! Lifestyle, que chega a Goiânia com um conceito inovador de peças gênero, ou seja, que podem ser usadas por todas as pessoas. Idealizada pelo designer Nicholas Barhtras e o chef Daniel Martins, a marca está sendo lançada no digital, pelo Instagram @clubg.lifestyle, ainda no padrão slow fashion.

Tiago Brunet em Goiânia

Palestrante internacional e autor de vários livros, o mestre em Coaching Tiago Brunet estará em Goiânia para participar do Rise Experience, evento destinado a empresários, empreendedores e pessoas que buscam ter o próprio negócio ou alavancar suas vendas, no dia 24 de junho, no Centro de Convenções da PUC Goiás. Tiago Brunet — fundador da Casa de Destino, CEO do Instituto Destiny e autor de artigos sobre excelência emocional — será um dos palestrantes do Rise Experience, evento destinado a formar líderes, empreendedores de alto nível e maximizar performances, por meio de 12 horas de imersão com oito dos maiores players do mercado.

Economia verde

O Sicredi lançou seu Relatório de Sustentabilidade 2022, em que apresenta as principais ações e resultados obtidos ao longo do ano com base nos aspectos ESG (ambientais, sociais e de governança, na sigla em inglês). Conforme a publicação, a instituição destinou R\$ 34,2 bilhões em 2022 em linhas de crédito alinhadas à Economia Verde — relacionadas à melhoria do bem-estar das pessoas, à igualdade social e à redução dos riscos ambientais e de escassez ecológica. O montante representa um crescimento aproximado de 24% em comparação com 2021. Entre os destaques dos produtos alinhados à Economia Verde está a liberação de R\$ 12,5 bilhões para a Produção Rural Familiar. Também foram concedidos cerca de R\$ 8,3 bilhões para a Agricultura de Baixo Carbono e R\$ 6,1 bilhões para linhas voltadas à Energia Renovável e Sustentabilidade Ambiental.

Nicholas Barhtras

